RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA

INFORMAÇÕES GERAIS

Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.
Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.
Comunidade: Povo Indígena Xerente (Akwẽ) – Região Brupré (aldeias: Betânia; Brupré; Buriti – Kuwdêhu; Campo Grande – Pakre; Cristalina – Tkaite; Galho Grande – Kunerê Wdê Hu; Jenipapinho – Brutuwdêhu; Jenipapo – Mrãza Wrewrê; Lajeado – Kâtopkuze; Mirassol – Nrowdêpisi; Pôr Do Sol – Srãwe; Santo Antônio – Mrãite; São José – Waktohu; Sitio Novo – Kânisdu; Traira – Brupkarê; Zé Brito – Hêrpowrê).
Local: Escola Estadual Indígena Krâsãpte, aldeia Brupré - Tocantínia - TO.
Data: 16 e 17 maio de 2025.
Duração: 02 dias.

EQUIPE ENVOLVIDA

Moderadores: Leda Luz, Renata Pereira, Benito Drummond, Celenita Gualberto Bernieri, Josafá Paz.
Relatoras: Ana Paula Mendes (Sepot) e Andréa Luiza Collet.
Facilitador Gráfico: Mamed Karin Chaaban.
Tradutor na Língua Indígena: Paulo Carlos Xerente.
Técnicos em Comunicação: Edvaldo Xerente e Elso Pedro de Oliveira.
Recreadores: Duanny Souzza e Maria Elza Krahô.
Representantes do Poder Público: Marli Santos (Semarh), Isabel Acker (Semarh), Srêwẽ Xerente (Semarh), Paulo Waikarnãse Xerente - Secretário Estadual dos Povos Indígenas e Tradicionais do Tocantins.

Outros participantes com papel relevante: Pedro Andrade Magalhães (consultor Tocar); Bolivar Pereira Rodrigues Xerente - Coordenador Regional Araguaia-Tocantins (TO, MT, PA, GO) da Funai; Clarisse Marina dos Anjos Raposo – Chefe do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da Funai – Coordenação Regional Araguaia-Tocantins; Luiz Eduardo Lian Biagioni - Funai; Oscar Xerente - Funai; Cacique Marquinho Karajá – Presidente da Arpit (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins).

DIA 01: SEXTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2025

PARTICIPANTES

1. RICARDO SAWREPTE XERENTE (aldeia Cristalina)
2. LUCIMAR WAKEDI DA SILVA (aldeia Cristalina)
3. RAQUEL SDUPUDI XERENTE (aldeia Cristalina)
4. PEDRO AMÉRICO KUWRÃNIPI (aldeia Brupré)
5. JOSIEL SIMRÃMI XERENTE (aldeia Brupré)

6. ELZA NAMNADI XERENTE (aldeia Traíra)
7. JOSIVAN WAKUKEPRE XERENTE (aldeia Traíra)
8. ANA CLARA WAKRTIDI XERENTE (aldeia Cristalina)
9. LUIZ CARLOS (aldeia Serra Verde)
10. LUCIMAR WAITI (aldeia Sítio Novo)
11. LUCIVANDA SMIKIDI (aldeia Sítio Novo)
12. ROBERTO DE BRITO XERENTE (aldeia Sítio Novo)
13. MAURICIO DBAKSÊKÕ XERENTE (aldeia Campo Grande)
14. LUCIDALVA HIRÊKI XERENTE (aldeia Santo Antonio)
15. FÁBIO ROBASMEREKWA DA SILVA XERENTE (aldeia São José)
16. ROSÂNGELA KRUKWANÊ XERENTE (aldeia Brupré)
17. RAFAEL KAKBUPRE XERENTE (aldeia Buriti)
18. VALDEIR PASIKU XERENTE (aldeia Brupré)
19. JULIVAN SIEWE XERENTE (aldeia Brupré)
20. JOEL WAKMÔPTE XERENTE (aldeia Traíra)
21. ANA CLÉIA WAKRTIDI XERENTE (aldeia Traíra)
22. ROSILENA TPÊDI XERENTE (aldeia Galho Grande)
23. SDUPUDI XERENTE (aldeia São José)
24. VANDERLEI TPEKRU (aldeia Campo Grande)
25. JOSÉ ELIAS SINA CALIXTO XERENTE (aldeia Santo Antônio)
26. JOÃO SMIRÊZANE XERENTE (aldeia Zé Brito)
27. VALDEZ WAZAPA XERENTE (aldeia Zé Brito)
28. FERNANDO CARLOS SRONE XERENTE (aldeia Mirassol)
29. RAINEL WAINE XERENTE (aldeia São José)
30. VANESSA SIDI XERENTE (aldeia Campo Grande)
31. SELMA XERENTE (aldeia São José)
32. WELINGTON LOPES XERENTE (aldeia Brupré)
33. GUSTAVO WABUIZAKRA XERENTE (aldeia Brupré)
34. JOSIMAR SITMÕRU XERENTE (aldeia Brupré)
35. WANDELSON BEHIRO XERENTE (aldeia Brupré)
36. GABRIEL HÊWAKAWE XERENTE (aldeia Traíra)
37. RAILSON ZUWATE XERENTE (aldeia Brupré)
38. EDILSON KAZDAZÊ XERENTE (aldeia Brupré)
39. GENILSON WABUWA XERENTE (aldeia Brupré)
40. RONALDO KOZDOZI XERENTE (aldeia Traíra)
41. MARLI KAKMEKU XERENTE (aldeia Pôr do Sol)
42. NEUZIVÂNIA S. XERENTE (aldeia Santo Antônio)
43. EDMILSON K. XERENTE (aldeia Pôr do Sol)
44. GILVAN ROWAKRO XERENTE (aldeia Mirassol)
45. TEODOMIRO K. XERENTE (aldeia Campo Grande)
46. MARCOS SAMRI XERENTE (aldeia Jenipapinho)
47. VALDOMIRO S. XERENTE (aldeia Campo Grande)
48. TÂNIA MRÃITI XERENTE (aldeia Sítio Novo)
49. DORACI IREKI XERENTE (aldeia Betânia)
50. DEUSIMAR MIÑKODTE XERENTE (aldeia Santo Antônio)
51. ADILSON FILHO XERENTE (aldeia Santo Antônio)
52. RUBENS DATOPZU XERENTE (aldeia Zé Brito)
53. IVAN SIKMÃWE XERENTE (aldeia Mirassol)
54. MARIANA KUPÃRDI DE BRITO XERENTE (aldeia Pôr do Sol)
55. NELCI KUZADI XERENTE (aldeia São José)

56. ANTONIO KREUAMZE (aldeia Mirassol)
57. ISABEL WAKTIDI XERENTE (aldeia Zé Brito)
58. EDSON SOPREWE DE BRITO XERENTE (aldeia Pôr do Sol)
59. ANA PAULA WAIKWADI XERENTE (aldeia Jenipapinho)
60. NEWTON DAMSOKEKWA CALIXTO (aldeia Lajeado)
61. RICARDO NRORÊMEKWA XARENTE (aldeia São José)
62. ADRIANA TRADI XERENTE (aldeia Jenipapinho)
63. RAFAEL SIZDAZÊ XERENTE (aldeia Jenipapinho)
64. SEBASTIÃO DARERE XERENTE (aldeia Brupré)
65. NESTIA TPÊDI XERENTE (aldeia Brupré)
66. JOSÉ KAZDAITE XERENTE (aldeia Brupré)
67. PAULO C. S. XERENTE (aldeia Jenipapinho)
68. CLAUDIANE BRUPAHI XERENTE (aldeia Jenipapinho)
69. MANOEL SUKÊ XERENTE (aldeia Galho Grande)
70. RIVELINO SAKRUWE XERENTE (aldeia Jenipapinho)
71. ANA LUCIA KUPTÂDI XERENTE (aldeia São José)
72. GILDA XERENTE DE SOUZA (aldeia Lajeado)
73. BONFIM PEREIRA RODRIGUES (aldeia São José)
74. RAILTON NRÔMÊKWA P. B XERENTE (aldeia Brupré)
75. WILSON NRÔMÊKWA XERENTE (aldeia Brupré)
76. FABIANA POPRADI DA S. XERENTE (aldeia Lajeado)
77. DEUZINO KEZÊIKÔ XERENTE (aldeia Lajeado)
78. MARINALVA BRUPAHI DE BRITO XERENTE (aldeia Pôr do Sol)
79. SIDNEI REMUKAMEKWA XERENTE (aldeia Pôr do Sol)
80. NAIARA BRUPAHI C. XERENTE (aldeia Lajeado)
81. MARLENE KUKEDI XERENTE (aldeia Brupré)
82. ALEX WOZOSE XERENTE (aldeia Brupré)
83. ELIANE BRUNZE XERENTE (aldeia Jenipapinho)
84. HAILTON SROPTE XERENTE (aldeia Sítio Novo)
85. TAÍNARA KWAPREDÍ XERENTE (aldeia Brupré)
86. LUANA SSUITI XERENTE (aldeia Jenipapo)
87. EDVALDO SULLIVAN XERENTE (aldeia Porteira)
88. TBERACI WAENKRURÊ XERENTE (aldeia Zé Brito)
89. SAMUEL KUMSÊRÃ XERENTE (aldeia Zé Brito)
90. ÂNGELA SMIKI RODRIGUÊS XERENTE (aldeia Lajeado)
91. ADÃO ALVES XERENTE (aldeia Santo Antônio)
92. MACIEL AKEZANÊ XERENTE (aldeia Brupré)
93. IVAN SRÊMSE XERENTE (aldeia Akehu)
94. SULIENE PIZADI XERENTE (aldeia Akehu)
95. EDNA PIRKODI XERENTE (aldeia Pôr do Sol)
96. RAMID SOARES FOIA (aldeia São José)
97. RAILSON WAIKAKBUPRE XERENTE (aldeia Jenipapo)
98. MACIEL KTEMEKWA C. XERENTE (aldeia Sítio Novo)
99. IVANILDA WAITILDE XERENTE (aldeia Zé Brito)
100. LEIDIMAR BRUDI XERENTE (aldeia Brupré)
101. IRACEMA TPÊDI XERENTE (aldeia Brupré)
102. LEANDRO KRÃSÂPTE XERENTE (aldeia Brupré)
103. VALDINEZ ALVES BEZERRA (aldeia Brupré)
104. CLEBER BATISTA ROCHA (aldeia Brupré)
105. EDNICE R. LAIRA (aldeia Brupré)

106. INGRID LEITE ARAÚJO (Palmas)
107. LUIZ EDUARDO LIAN BIAGIONI (Funai)
108. ROSENILDA KRÊNKEDI XERENTE (aldeia Brupré)
109. VALDEZ SAPKAKÕ XERENTE (aldeia Brupré)
110. EDIVALDO DE BRITO XERENTE (aldeia Betânia)
111. REGINALDO SAWRAPTE DE BRITO XERENTE (aldeia Galho Grande)
112. MARCELO SIMRIPTE XERENTE (aldeia Brupré)
113. PATRICIA SMIKADI XERENTE (aldeia Galho Grande)
114. ROSIANA KUZEIDI XERENTE (aldeia Galho Grande)
115. JANAINA WAITI XERENTE (aldeia Galho Grande)
116. ELIENE HEREKI KRAHÔ (aldeia Galho Grande)
117. LURDES SITAAD XERENTE (aldeia Galho Grande)
118. GILDILENE SEKWAIDE XERENTE (aldeia Buritizal)
119. SRÊWÊ XERENTE (aldeia Ktépo)
120. MARILIA SIKUPTI XERENTE (aldeia Brupré)
121. BENITO DRUMMOND (Minas Gerais)
122. OSCAR S. CALIXTO XERENTE (aldeia Suprawahâ)
123. RANBÉRIA KRÊNDI XERENTE (aldeia Brupré)
124. LEONICE TKADI XERENTE (aldeia Brupré)
125. MARCOS ANTÔNIO BRUWÊ XERENTE (aldeia Jenipapinho)
126. MARIAH DO E. S. P. SOARES (Palmas)
127. ELSO PEDRO DE OLIVEIRA (Palmas)
128. CELENITA GUALBERTO P. BERNIERI (Dianópolis)
129. PEDRO ANDRADE MAGALHÃES (Palmas)
130. ANA PAULA M. S. MENDES (Palmas)
131. RENATA PEREIRA (Florianópolis/SC)
132. LEDA LUZ (Belo Horizonte/MG
133. ANDRÉA LUIZA COLLET (Palmas)
134. JOSAFÁ PAZ DE SOUSA (Formoso do Araguaia)
135. RAILTON M. P. DE B. XERENTE (aldeia Brupré)
136. WILSON NROMEKWA XERENTE (aldeia Brupré)
137. ROSENILDA KRÊNKEDI XERENTE (aldeia Brupré)
138. CARLOS ALEXANDRE PRERDE XERENTE (aldeia Mirassol)
139. MARIA FRANCISCA C. MENDENÇO (Paraíso)
140. RAFAELLA CARVALHO (Lagoa da Confusão)
141. FRANCISCO ALDEJANE S. SILVA (Miranorte)
142. RESENILDA KRENKEDI XERENTE (aldeia Brupré)
143. FLÁIRA ASATEDI XERENTE (aldeia Brupré)
144. ODETE SIBÔDI XERENTE (aldeia Brupré)
145. ARLETE TKIDI XERENTE (aldeia Brupré)
146. LEIDIANE WAKADI XERENTE (aldeia Brupré)
147. MARINETE BRUPAI XERENTE (aldeia Brupré)
148. PATRÍCIA TKIDI XERENTE (aldeia Jenipapinho)
149. LUCÉLIA KMÕDI XERENTE (aldeia Traíra
150. ISAIAS SREMSE XERENTE (aldeia Traíra)
151. LEILSON KOZAMRI XERENTE (aldeia Brupré)
152. NATÁLIA MRÃITE XERNTE (aldeia Brupré)
153. RONALDO KOZDOLOZÊ XERENTE (aldeia Traíra)
154. FABRICIO DAKOURIKWA (aldeia Sítio Novo)

155. CLEONICE BRUDI DA S. XERENTE (aldeia Betânia)
156. LUCIVÂNIA WAITI XERENTE (aldeia Brupré)
157. LUCÉLIA AMÔDI XERENTE

Abertura Oficial

A Oficina Participativa de Consulta Prévia Livre e Informada do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins, com o povo Xerente – Região Brupré, foi realizada nos dias 16 e 17 de maio de 2025, na Escola Estadual Indígena Krâsãpte, localizada na área da aldeia Brupré, município de Tocantínia. Participaram da formação caciques, cacicas, lideranças e comunidade indígena de 16 aldeias.

Bolivar Pereira Rodrigues Xerente, coordenador Regional Araguaia-Tocantins da Funai, participou de parte do evento, acompanhado de uma equipe, que esteve presente até o fim da oficina.

Leda Luz (moderadora) deu início às atividades na manhã de sexta-feira (16 de maio), às 9h, convidando a ponto focal do Estado e especialista em JREDD+, Marli Santos, para fazer a abertura oficial. Também convidou os caciques presentes para se posicionarem à frente.

Na sequência, o ancião e cacique Manoel Sukê Xerente, da aldeia Galho Grande, e o cacique Bonfim Xerente (aldeia São José) fizeram a apresentação do novo cacique da aldeia Sítio Novo, Maciel Ktemekwa Xerente.

Leda Luz (moderadora) convidou novamente Marli Santos (ponto focal/Semarh), o cacique Elias Xerente, da aldeia anfitriã Brupré, e demais lideranças indígenas para pronunciamentos.

Marli Santos (ponto focal do estado) agradeceu a presença de todos em nome do governador Wanderlei Barbosa e do secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcelo Lelis. Marli disse que o programa JREDD+ seria bem explicado no decorrer da oficina, que o evento também tinha como objetivo ouvir da comunidade como Estado e povo indígena poderiam trabalhar juntos nos próximos quatro anos previstos para a execução do programa.

Caciques e cacicas também se pronunciaram, falando sobre as expectativas em relação ao programa, pontuando algumas dúvidas da comunidade e, ainda, sobre o conhecimento prévio que alguns já possuíam.

Cacique Elias Xerente (aldeia Brupré) agradeceu a presença de todas as aldeias, destacando as lideranças que estavam prestigiando o evento. Disse que a expectativa de público era de cerca de 150 pessoas e muitos professores, agentes de saúde e alunos de todas as séries estariam na oficina. Cacique Elias incentivou: “Vamos participar para entender melhor sobre como o JREDD+ vai estar atuando no território Xerente”. Em seguida, o cacique mostrou alguns alimentos produzidos pela comunidade, como

mandioca, abóbora e banana, citando a importância do consumo dos alimentos sem agrotóxicos para a saúde da comunidade.

Clarisse Raposo, chefe do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da Funai na Coordenação Regional Araguaia-Tocantins, disse que estava muito feliz em participar da oficina numa terra que lhe trazia boas memórias, citando o nome que ganhou dos Xerente - *Mikidi*. Clarisse enfatizou que o programa JREDD+ é novo e complexo e que a proposta da oficina era transmitir as informações da forma mais detalhada, completa e transparente para que todos possam entender o projeto, em especial sobre o manejo e gestão da repartição dos recursos do programa proposto pelo Governo do Estado do Tocantins. Clarisse destacou: "A Funai está aqui para garantir que o direito e vocês seja respeitado – que vocês entendam. Aproveitem a oportunidade com o pensamento firme, estejam presentes, coloquem as ideias". A representante da Funai disse que o órgão está acompanhando todo o processo.

Oscar e Bolívar se dirigiram aos presentes na língua Akwẽ. O coordenador regional da Funai disse que era uma alegria participar daquele momento, pois nasceu naquela região, onde também andava a pé entre as aldeias para jogar bola e ajudar os parentes na roça.

Leda (moderadora) apresentou a equipe de trabalho e enfatizou a necessidade de todos os participantes se credenciarem e da assinatura diária da lista de presença. Falou sobre a presença do tradutor Paulo Carlos Xerente (cacique da aldeia Jenipapinho), que acompanharia toda a oficina, facilitando a compreensão do conteúdo, inclusive dos termos técnicos.
Paulo Carlos (tradutor) explicou resumidamente na língua Akwẽ o que é o programa JREDD+ e se colocou à disposição.

Leda (moderadora) apresentou a equipe do Estado: Marli Santos, Isabel Acker e Pedro Andrade. Marli convidou os articuladores Antônio Carlos Xerente e Marcelo Simripte Xerente para agradecer pelo empenho em mobilizar as aldeias para a oficina, o que possibilitou uma maior participação da comunidade.

A instalação da oficina foi realizada pela moderadora Leda, que destacou os três objetivos do encontro: apresentar o programa jurisdicional JREDD+; ouvir da comunidade as ações importantes para embasar o subprograma voltado aos PIQPCTAF (Povos Indígenas e Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores familiares); e, ainda, definir os representantes da região para a Oficina de Consolidação do povo Xerente.

Em seguida, a moderadora apresentou a programação prevista para os dois dias de oficina, destacando o conteúdo detalhado da política pública do JREDD+. Leda explicou: "Hoje, vocês vão ouvir o Estado; amanhã, o Estado quer ouvir vocês".

Articulador Marcelo Simripte Xerente (aldeia Brupré) se apresentou como acadêmico de Direito (UFNT), se colocando à disposição para auxiliar

durante a oficina. Convidou os presentes para participar de todos os momentos da formação, sempre respeitando o horário.

Houve uma breve pausa para o lanche.

No retorno, os caciques Elias Xerente (Brupré) e Antônio Carlos Xerente (aldeia Mirassol) se dirigiram à plenária na língua materna. Não houve tradução.

Introdução ao JREDD+

Para facilitar a compreensão sobre os gases de efeito estufa e seu impacto nas mudanças climáticas, a ponto focal Marli Santos (ponto focal do estado) convidou voluntários para uma representação didática, com alguns dos principais personagens envolvidos: planeta terra, grandes emissores de gases, agentes protetores e governo. Na apresentação, a terra é sufocada pelos gases.

Cacica Elza Xerente (aldeia Traíra) contribuiu citando que depois que iniciou a produção de soja na região do Matopiba (que abrange parte dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, além do Tocantins) “acabou a natureza e a vida dos bichos”. Disse, ainda, que não representaria uma fazendeira nem numa situação imaginária.

Marli (ponto focal do estado) agradeceu a participação e enfatizou que o planeta terra está como uma panela de pressão prestes a explodir e perguntou: “O que pode ser feito? ”, passando para a explicação da importância das árvores no enfrentamento às mudanças climáticas. A dinâmica e a explicação foram traduzidas na língua Akwẽ.

Cacique Elias (aldeia Brupré) pediu licença para se retirar, pois tinha um compromisso pessoal; também comunicou que o presidente da Arpit (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins), Marquinho Karajá, chegaria em breve.

A representante da Funai, Clarisse, usou a febre como analogia para explicar que a temperatura do planeta está cada vez mais alta e a derrubada de árvores e as queimadas têm contribuído para esse ‘mal-estar’. Clarisse completou: “O que vai diminuir a febre? Toda vegetação ajuda a diminuir a quentura. Um jeito que tem de diminuir a febre do planeta é preservar, manter as florestas em pé – e nas terras indígenas está a maior proporção de vegetação preservada”. Clarisse lembrou que, junto com a preservação, está a obrigação urgente de reduzir o desmatamento e as queimadas, pois somente as duas ações combinadas vão trazer os benefícios do JREDD+.

A ponto focal do Estado, Marli Santos reiterou a fala da Clarisse: “Cada árvore é importante. O desafio é muito grande! No Tocantins, os gases vêm do desmatamento e das queimadas (degradação)”. Em seguida, Marli perguntou quais eram as maiores árvores do território. Foram citadas jatobá, sucupira e pau brasil. Fazendo comparação com o pé de murici, uma árvore

de pequeno porte, a ponto focal explicou que o tamanho da árvore faz diferença no estoque de gás carbônico armazenado, mas que todas elas contam na geração de créditos de carbono. Marli informou que cerca de 25% do carbono existente no planeta está nas áreas de floresta. Explicou ainda que o foco do JREDD+ está na redução do desmatamento e degradação das florestas, mas junto com isso estão o fomento às atividades produtivas sustentáveis, a geração de renda e qualidade de vida para as comunidades.

JREDD+ como política pública

Tendo como base a linha do tempo dos principais eventos e ações significativas para o JREDD+, Marli (ponto focal do estado) apresentou o caminho que vem sendo percorrido até a política pública se tornar realidade no Estado.

2005: foi criada a proposta de Redução de Emissões por Desmatamento (RED), em âmbito mundial, como uma resposta à mitigação das mudanças climáticas.

2007: a proposta evoluiu para REDD+, incluindo os esforços para redução da degradação das florestas e aumento das áreas de estoque. O REDD+ foi anunciado durante a COP13 (realizada em Bali), visando à compensação financeira para países em desenvolvimento com áreas de floresta com a finalidade de frear o desmatamento e degradação, bem como manter a conservação das matas.

2008: é criada a Lei nº 1.917, que institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins.

2015: o Brasil firma um compromisso nacional com o lançamento da Estratégia Nacional de JREDD+ e o Tocantins dá início aos estudos para sua implementação.

2023: o Tocantins cria a Lei nº 4.111/23, que institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, onde o JREDD+ está inserido. O alinhavo para desenhar o melhor formato das Consultas Prévias, Livres e Informadas sobre o programa jurisdicional nos territórios é iniciado durante o Fórum de Povos Originários e Tradicionais e Agricultores Familiares.

2024: Diversas reuniões com lideranças e entidades dos povos indígenas e tradicionais foram realizadas para fechar a proposta da metodologia das consultas.

2025: está prevista a realização 47 oficinas, sendo a presente a 13º e a primeira de um total de cinco encontros com o povo Xerente, com a oficina de consolidação marcada para o dia 22 de maio.

Marli (ponto focal do estado) explicou que as ações importantes para cada território vão fundamentar o subprograma PIQPCTAF. As ações poderão ser

conferidas durante os 30 dias de consulta pública on-line, que ocorrerá somente depois que o processo das oficinas formativas estiver finalizado, seguindo para a audiência pública - que deve ocorrer durante o mês de julho.

A ponto focal informou que somente depois de todas essas etapas serem finalizadas, o Estado poderá submeter o estoque previsto para registro. O Tocantins escolheu o padrão de certificação internacional Art Trees (Arquitetura para Transações REDD+) para validar os créditos e precisa cumprir uma série de requisitos para garantir a excelência ambiental dos créditos de carbono colocados no mercado. Usou como exemplo uma peça de artesanato, que não pode ser vendida para duas pessoas ao mesmo tempo, para explicar que com os créditos de carbono a lógica é a mesma. Explicou, ainda, que uma tonelada de gás carbônico é equivalente a um crédito de carbono e que o valor pago pelo mercado internacional é variável, sendo modulado pela lei da oferta e procura no ato da negociação.

Clarisse (Funai) reforçou a explicação, citando que o Padrão Art Trees é o certificador que 'transforma' os créditos de carbono em recursos financeiros. Clarisse aproveitou para informar que a certificação dos créditos de carbono é um processo complicado e caro: "O certificador exige que o Tocantins prove que está cumprindo todas as exigências e as consultas livres são uma parte delas. O Estado precisa informar de maneira clara e concreta". Adiantou que durante a oficina, sairão ações para uma proposta maior que irá para para a audiência pública. Falou, ainda, que os representantes escolhidos pelo povo Xerente vão ter que tomar decisão na audiência. "Por isso, esse momento é muito importante. As pessoas indicadas precisam saber conversar com a base para levar a melhor decisão e também tomar a melhor decisão em nome dos povos indígenas", alertou Clarisse.

Considerando as quase duas décadas desde a criação do JREDD+, em 2007, Selma (aldeia São José) refletiu que o programa tem um lado bom e um ruim. Ela disse: "O desmatamento na Amazônia nunca parou. Não é os indígenas que 'tá matando a natureza não! Hoje nós temos o direito de falar".

Cacica Elza (aldeia Traíra) aproveitou o momento para cobrar um número maior de representantes do povo Xerente na audiência pública, citando que não concordava com a quantidade de quatro. A plenária se manifestou favorável à demanda apresentada.

Dando continuidade, a ponto focal Marli (ponto focal do estado) explicou que por se tratar de uma política pública, o JREDD+ é perene, tendo mecanismos de proteção onde a troca de governos não o afeta. Citou a importância da participação da comunidade, de uma equipe de técnicos qualificados e do monitoramento contínuo do padrão internacional. Incluiu na conversa os diversos serviços prestados pela natureza, chamados de serviços ambientais, como o fornecimento de alimentos, remédios, decomposição de matéria orgânica. Falou que o ser humano também presta esse tipo de serviço e, no Tocantins, desde 2023, a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – a PEPSA -, possibilita remunerar esses serviços. Os recursos oriundos da PEPSA são depositados no Fundo

Clima. Explicou que o programa jurisdicional do REDD+ está ancorado nesta política.

Com esta introdução, Marli apresentou os três espaços importantes de tomada de decisão do JREDD+, que serão melhor detalhados quando o tema governança for apresentado. Resumidamente, a ponto focal explanou: “Quem toma decisão no JREDD+?”

- **Coema** (Conselho Estadual de Meio Ambiente): define as regras do programa.

- **Cevat** (Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento da PEPSA): estrutura dentro do Coema, responsável por questões como a repartição de benefícios e como as toneladas de carbono serão vendidas, por exemplo.

- **Fundo Clima**: vai receber e executar os recursos do JREDD+.

Marli (ponto focal do estado) explicou que há a necessidade de uma entidade representativa dos povos indígenas nas três esferas e que a vaga está em aberto na Cevat e no Conselho Diretor do Fundo Clima. “Quem vai ser o representante indígena? Essa entidade precisa ser indicada na reunião de consolidação”, disse Marli.

Com esta pergunta, os participantes da oficina seguiram para o almoço, tendo a oportunidade de conversar sobre o assunto com as suas comunidades.

A oficina foi retomada às 14h30, com a participação do cacique Antônio Carlos (aldeia Mirassol), que iniciou sua fala na língua indígena. Em seguida, Leda passou a palavra para Marli.

Governança do JREDD+ TO

Marli (ponto focal do Estado) iniciou sua fala questionando a plenária sobre quem toma as decisões nas aldeias, nos municípios e no contexto do JREDD+. Explicou que as decisões relacionadas ao JREDD+ são tomadas no Coema (Conselho Estadual de Meio Ambiente). A Arpit (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins) é a instituição oficialmente reconhecida como representante dos povos originários no processo. A Cevat (Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento Técnica) é vinculada ao Coema e é responsável por acompanhar todos os cálculos, decisões sobre vendas e definição de preços dos créditos de carbono. Essa comissão contará com a representação de uma entidade indígena, que deverá ser indicada pelos próprios povos indígenas. Na fase de consolidação do processo, será o momento de indicar a instituição indígena que possa representar coletivamente os povos envolvidos.

Marli (ponto focal do Estado) também explicou que os recursos do JREDD+ virão por meio do Fundo Clima. A comunidade apresentará projetos e os recursos serão repassados diretamente às instituições demandantes. O

Conselho Diretor do Fundo será responsável por: fiscalizar e acompanhar os projetos; e definir prioridades. Esse conselho será composto por integrantes com direito a voto. Em caso de empate, a Semarh (Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) terá o voto de desempate. O conselho terá poder de decisão e haverá uma cadeira específica para os povos indígenas, que será ocupada por uma entidade representativa escolhida pela comunidade que congregue todos os povos indígenas do Estado, incluindo aqueles em contexto urbano (são 16 povos no total).

Ivan Sikmãwe (aldeia Mirassol) questionou se, além da ARPIT, existe outra associação que represente todos os povos indígenas do Estado.

Marli respondeu que não conhece.

Um participante mencionou a organização Inditins (Instituto Indígena do Tocantins).

Marli reforçou que o Conselho Diretor delibera com base no acompanhamento e fiscalização dos projetos.

Clarisse perguntou sobre o papel do Fundo Clima e quem define as políticas públicas.

Marli (ponto focal do estado) explicou que:

- as oficinas têm como objetivo escutar e levar informações sobre o JREDD+. Serão realizadas 47 oficinas com os integrantes do subprograma PIQPCTAF.

- todo o processo inclui, além das oficinas, disponibilização das ações levantadas no site da Semarh e do JREDD+ por 30 dias para consulta pública. Nesse período, as pessoas podem fazer sugestões e solicitar intervenções no documento; e, por fim, a realização de uma audiência pública. Esse processo é chamado de CLPI - Consulta Livre, Prévia e Informada.

- as linhas de ação serão votadas durante a audiência pública e, em seguida, encaminhadas à Cevat e ao Conselho Gestor, que fará o chamamento das associações para elaboração de projetos. Uma unidade de capacitação será criada para auxiliar na elaboração de projetos e na prestação de contas.

Marli (ponto focal do estado) reforçou que o processo de CLPI continuará até 2030, com consulta de satisfação e implementação das políticas.

Clarisse (Funai) questionou se os povos indígenas votarão junto com quilombolas e agricultores familiares, considerando as diferenças entre os grupos.

Marli (ponto focal do estado) relatou que em oficinas com grandes produtores rurais, houve preocupação quanto à votação, pois os indígenas são maioria em número de representantes. Disse que a decisão final será do GT de Salvaguardas (composto por Arpit, Sepot, Funai, entre outros). Na

audiência pública, os públicos serão divididos e, após a discussão das prioridades, as propostas serão levadas à plenária.

Maciel, cacique da aldeia Sitio Novo, questionou a base do programa, citando a Constituição e defendendo que os povos indígenas devem ter seus direitos respeitados de forma diferenciada. Criticou a exclusão dos indígenas no acesso aos investimentos federais, especialmente em relação à Amazônia, e ressaltou que o impacto das mudanças climáticas é causado pelas grandes empresas e não pelos povos indígenas. Sugeriu a criação de leis específicas e elogiou a iniciativa de consulta do Estado.

Marli (ponto focal do estado) mencionou que o Tocantins é pioneiro na elaboração de projeto de JREDD+, citando exemplos do Acre e do Pará. Sugeriu que as lideranças interessadas organizem visitas a esses estados. Enfatizou a importância da participação ativa dos indígenas no processo.

Clarisse (Funai) questionou como o programa será implementado e destacou a importância das comissões e da representatividade efetiva no Coema. Explicou que em outros estados, como o Mato Grosso, foi criado um Grupo de Trabalho dentro da entidade representante estadual para contribuir com decisões coletivas e não apenas do presidente. Defendeu a escolha de representantes com embasamento e reforçou a importância da participação indígena no Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Cacique Paulo César (aldeia Jenipapinho e tradutor) traduziu as discussões e perguntou como os indígenas terão acesso aos recursos após a definição das linhas de ação, considerando que algumas regiões não têm associações que os representem.

Antônio (cacique da aldeia Mirassol) falou em sua língua e demonstrou preocupação com a legitimidade das associações existentes, muitas das quais não são conhecidas ou representativas. Ressaltou que membros das associações costumam morar na cidade, desconhecendo as realidades das aldeias. Defendeu que os aldeados participem diretamente das decisões e sugeriu que essas comunidades indiquem representantes para compor as comissões.

Marli (ponto focal do estado) explicou que existem muitos CNPJ's abandonados, reflexo da dificuldade de lidar com a burocracia. Fez uma analogia entre o papel das lideranças indígenas e o das associações. Disse que recursos não podem ser distribuídos diretamente às famílias, pois seriam insuficientes, e que o coletivo é mais eficaz. Questionou se é possível reativar as associações abandonadas ou se seria melhor criar uma nova ou escolher a Arpit. Destacou que a escolha deve ser feita pelos indígenas.

Ivan (aldeia Mirassol) citou a dificuldade de comunicação com a Arpit e afirmou que uma única entidade representativa é insuficiente. Defendeu que o governo ouça diretamente as comunidades.

Marli (ponto focal do estado) reforçou que a responsabilidade da escolha será dos indígenas e que o Estado não vai deliberar sobre qual associação

representará os povos. Explicou o papel do Fórum, que será responsável por quantificar o carbono e propor soluções para os problemas – o Fórum tem papel consultivo, não deliberativo.

Srêwẽ Xerente (ponto focal do estado) falou na língua Akwẽ. Disse que participou de discussão semelhante na oficina realizada na aldeia Brejo Comprido e parabenizou a mobilização. Destacou o papel dos indígenas na preservação ambiental e a importância de se manter presente nas discussões.

Selma (aldeia São José) fez pergunta em sua língua, traduzida por Srêwẽ, sobre os pontos negativos do JREDD+ e se a prática de roça (toco) seria proibida.

Srêwẽ respondeu que o programa não interfere nos modos culturais dos povos indígenas.

Cacica Izabel Waktidi (aldeia Zé Brito) falou em sua língua, dizendo que antes todos eram analfabetos, mas que agora os filhos estão estudando. Fez críticas à visão dos não indígenas sobre os povos indígenas.

Salvaguardas

Após uma pausa para o lanche, a moderadora Leda Luz retomou a programação, convidando a ponto focal do estado Isabel (Semarh) para conduzir a apresentação sobre as Salvaguardas.

Isabel (ponto focal do estado) introduziu o tema com o questionamento feito por Selma, utilizando a analogia de um viajante de moto, que tem como meta chegar ileso ao destino, para explicar a importância das salvaguardas. Reforçou o papel da governança, abordado anteriormente, e explicou as Sete Salvaguardas de Cancún, destacando a primeira, que trata das leis que protegem o meio ambiente, trazendo como exemplo a lei estadual de proteção ao capim dourado.

No Tocantins, aplicam-se ao Programa Jurisdicional de REDD+ e foram apresentadas nos seguintes termos:

1. Coerência com os Objetivos dos Programas Florestais Nacionais e Internacionais as ações devem reforçar marcos existentes (ex.: Código Florestal, SNUC), sem contrariá-los.

2. Governança Transparente e Eficaz decisões e informações com acesso público e linguagem clara, por meio de oficinas, audiência, site e ouvidoria.

3. Respeito pelos Conhecimentos e Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais valorização dos saberes, práticas produtivas sustentáveis, culturas e formas de organização social dos PIQPCTAF, com garantia de autodeterminação, consulta livre, prévia e informada e consideração de seus modos de vida nas decisões do Programa.

4. Participação plena e efetiva das partes interessadas: consulta e escuta nos territórios, com oportunidade real de participação em conselhos e fóruns.

5. Promoção da Conservação das Florestas Naturais e da Diversidade Biológica — recursos não podem induzir conversão de mata nativa, mas priorizam manutenção e recuperação de áreas.

6. Minimização dos Riscos de Reversão: os resultados de hoje não devem retroceder; requer compromisso de longo prazo e planejamento frente a riscos (ex.: incêndios).

7. Prevenção do Deslocamento de Emissões: evitar reduzir o desmate em um lugar e empurrá-lo para outro; exige planejamento estadual integrado e monitoramento contínuo.

Ao final, reforçou que apenas ações em conformidade com as leis e com essas sete salvaguardas podem ser financiadas, como condição para garantir segurança jurídica, proteção ambiental e qualidade de vida no campo.

Clarisse (Funai) citou a legislação vigente em defesa dos povos indígenas, incluindo a Constituição Federal, o Estatuto do Índio e a Lei do Licenciamento Ambiental.

Isabel (ponto focal do estado) apresentou como exemplo da segunda salvaguarda a Ouvidoria, destacando que, apesar de o programa JREDD+ ainda não estar implementado, o canal já está em funcionamento e tem respondido diversos questionamentos.

Ana Paula (Sepot) informou que a Secretaria dos Povos Indígenas e Tradicionais está realizando um mapeamento situacional para conhecer a realidade dos povos e levantar dados para embasar as ações do Estado. A servidora explicou que a atividade é semelhante ao Censo do IBGE realizado nas cidades, com muitas perguntas, e ressaltou que os recursos e a execução do trabalho são de responsabilidade do Governo Estadual.

Isabel (ponto focal do estado) mencionou o papel da Conaredd+ (Comissão Nacional de REDD+), que zela pelas Salvaguardas, além de outras atribuições. Ressaltou, ainda, a importância da participação das mulheres em todas as etapas do programa jurisdicional - o que é um direito garantido. E para facilitar a participação feminina nas oficinas do JREDD+, é oferecido o serviço de recreação, com estrutura e monitoramento para que as crianças sejam cuidadas e tenham atividades adequadas à idade, enquanto os pais participam da formação. Nesta oficina, cerca de 50 crianças estiveram presentes nos dois dias de atividades.

Um ponto que chamou a atenção foi a iniciativa da comunidade, que fez uma construção em tempo recorde, de madeira e palhas da região, para acomodar as atividades recreativas. Homens, mulheres e até crianças participaram do mutirão, deixando a estrutura pronta na noite anterior ao

início da programação. Os recreadores Duanny e Elza contaram com a ajuda de mulheres Xerente durante os dois dias de oficina.

Em seguida, o cacique Paulo César (tradutor) consultou os presentes em sua língua sobre possíveis dúvidas e a plenária autorizou a continuidade da discussão.

Quais as preocupações sobre o JREDD+?

O cacique Edmilson (aldeia Pôr-do-Sol) questionou como o JREDD+ poderia impactar o modo de vida das comunidades indígenas e a convivência com o programa, especialmente na fase de aplicação dos recursos.

A ponto focal Isabel (ponto focal do estado) respondeu que a meta do JREDD+ é reduzir o desmatamento e o uso do fogo para a limpeza das terras agricultáveis. Explicou que, em locais com baixo desmatamento, o foco será na redução das queimadas. Destacou que os próprios segmentos definirão ações específicas e que sem a participação do setor de agronegócio não será possível alcançar a redução prevista. Explicou os conceitos de estoque de carbono (áreas preservadas), fluxo (emissão de gases) e os tipos de crédito de carbono (que possuem várias origens), informando que o Estado optou pelo crédito por redução de desmatamento/queimadas devido às grandes áreas já afetadas.

Clarisse (Funai) reforçou que já existem leis que proíbem a retirada de madeira para fins comerciais nas terras indígenas e mencionou os impactos negativos do arrendamento de terras para a criação de gado. Destacou que as maiores áreas de florestas estão nos territórios, sendo os indígenas os principais protetores dessas áreas. Clarisse considerou: “Fortalecer as comunidades indígenas é a maneira mais eficiente de proteger as florestas”.

Isabel (ponto focal do estado) complementou destacando também a importância do fortalecimento institucional como forma de garantir a preservação.

Maciel (cacique da aldeia Sítio Novo) enfatizou a relevância do fortalecimento da Sepot, do mapeamento situacional e denunciou o não cumprimento das leis. Elogiou o processo de consulta e destacou a importância de se reconhecer o indígena em seu território. Solicitou apoio institucional fixo para os povos indígenas e sugeriu repensar a forma de distribuição de benefícios para as aldeias, visando preservar as culturas, meios de vida e ancestralidade. Propôs a organização das instituições por região dentro dos territórios indígenas e afirmou que a Funai pode contribuir com o Estado. Destacou a falta de atendimento às políticas públicas.

Isabel (ponto focal do estado) considerou essencial a oficina ser realizada nas aldeias, que proporciona uma escuta ativa das ações programáticas.

Cacique Maciel (aldeia Sítio Novo) voltou a frisar a relevância do mapeamento e do conhecimento mútuo entre o Estado e os povos indígenas.

Selma (aldeia São José) afirmou que os indígenas “são a Funai” e alertou que, se nada for feito, os recursos naturais se esgotarão. Relatou que a "mãe terra" tem seu canto e que os ancestrais cantavam para acalmar as tempestades, encerrando sua fala na língua indígena Akwẽ.

Oscar (Funai) esclareceu que o JREDD+ não pretende proibir, mas sim incentivar a cultura e vivência dos povos indígenas, e compartilhou que, embora fosse sua primeira participação, estava conseguindo compreender a proposta. Traduziu sua fala para o Akwẽ.

A moderadora Leda explicou que as atividades do dia seguinte proporcionarão um momento importante de escuta ativa. Propôs a divisão em cinco grupos (dois de mulheres e três de homens) para discussão sobre as ações importantes para as comunidades presentes na oficina.

Srêwẽ se manifestou na língua indígena.

Repartição de benefícios

Na sequência, Marli (ponto focal do estado) pegou um frasco com sementes crioulas de milho produzidas pelo povo Xerente e fez uma breve reflexão sobre esse tipo de semente e o cultivo tradicional mantido pelos povos indígenas, ressaltando seu valor como meio de vida. Abordou o papel do Estado, dos agricultores familiares, dos povos indígenas e quilombolas no processo (referência ao PIQPCTAF).

Para explicar sobre a repartição de benefícios, Marli (ponto focal do estado) utilizou como ilustração uma melancia cortada em três pedaços, sendo: 25% para o grupo PIQPCTAF; 25% para os produtores rurais (de pequenos a grandes); e 50% para o Estado. Defendeu a necessidade de investimento institucional para o sucesso do programa.

Cacique Ricardo (aldeia Cristalina) falou na língua Akwẽ, ressaltando sua participação anterior no fórum, momento em que começou a compreender o JREDD+, considerando-o uma ação importante, já que os indígenas são os verdadeiros guardiões da floresta.

Pedro (consultor Tocar) incentivou os indígenas a pensarem em projetos eficazes que atendam às demandas das aldeias para a atividade que seria desenvolvida no dia seguinte.

Leda (moderadora) detalhou como será feita a divisão dos grupos e a logística das discussões e apresentação das ações.

As atividades do dia encerraram por volta das 18h30. Os participantes seguiram para o jantar e retornaram às suas aldeias para passar a noite.

DIA 2: SÁBADO, 16 DE MAIO DE 2025
PARTICIPANTES
1. MARIANA KUPÃRDI DE BRITO XERENTE (aldeia Pôr do Sol) 2. LUCIANA HMODI XERENTE (aldeia Cristalina) 3. IRENE ASSATE XERENTE (aldeia Cristalina) 4. ROBERTO XERENTE SUKÊ (aldeia Betânia) 5. DORACI IREKI XERENTE (aldeia Betânia) 6. ADÃO ALVES XERENTE (aldeia Santo Antônio) 7. GILDA XERENTE DE SOUZA (aldeia Lajeado) 8. GLÊNIO CARLOS SRÊMTXE XERENTE (aldeia Zé Brito) 9. DENILSON SRÃPTE XERENTE (aldeia Zé Brito) 10. MILTON SRENOKRA XERENTE (aldeia Brupré) 11. WILSON NRÔMÊKWA XERENTE (aldeia Brupré) 12. NELCI KUZADI XERENTE (aldeia São José) 13. ANA LUCIA KUPTÂDI XERENTE (aldeia São José) 14. ROSÂNGELA SMIKI XERENTE (Palmas) 15. JOSÉ KAZDAITE XERENTE (aldeia Brupré) 16. MARLI KAKMEKU C. XERENTE (aldeia Pôr do Sol) 17. VILCIMAR W. C. XERENTE (aldeia Cristalina) 18. MINELAS S. XERENTE (não identificou) 19. JOSÉ ELIAS S. C. XERENTE (aldeia Santo Antônio) 20. NEUZERVANIA S. XERENTE (aldeia Santo Antônio) 21. DEUZINO KÊZÊIKÕ XERENTE (aldeia Lajeado) 22. NAIARA BRUPAHI C. XERENTE (aldeia Lajeado) 23. FABIANA POPRADI DA SILVA XERENTE (aldeia Lajeado) 24. ANTONIO KREUAMZE (aldeia Mirassol) 25. ANA CLÁUDIA WAKRTIALI XERENTE (aldeia Traira) 26. JOÃO CARLOS LIMA (aldeia Traíra) 27. WANDELSON BEHIRO XERENTE (aldeia Brupré) 28. VALDEZ WAZAPA XERENTE (aldeia Zé Brito) 29. ANA CLARA WAKRTIDI XERENTE (aldeia Cristalina) 30. PEDRO AMERICO KUWRÃNIPI (aldeia Brupré) 31. RIVELINO SAKRUKAWE XERENTE (aldeia Jenipapinho) 32. EDNA PIRKODI XERENTE (aldeia Pôr do Sol) 33. MILENA SUITI XERENTE (aldeia Pôr do Sol) 34. EDSON SOPREWE DE BRITO XERENTE (aldeia Pôr do Sol) 35. APARECIDA SIDI XERENTE (aldeia Zé Brito) 36. IZABEL Xerente (aldeia Zé Brito) 37. MÔNICA BRUPAHI XERENTE (aldeia Olho D’água) 38. FÁBIO ROBASMEREKWA DA SILVA XERENTE (aldeia São José) 39. RUBENS DATOPSKUKWA XERENTE (aldeia Zé Brito) 40. FABIANA BRUPAHI XERENTE (aldeia Jenipapinho)

41. GILBERTO SREMTWE XERENTE (aldeia Jenipapinho)
42. EVILSON WAKNÕPTE XERENTE (aldeia Mirassol)
43. MANOEL SUKÊ XERENTE (aldeia Galho Grande)
44. RAILSON WAIKAKBUPRE XERENTE (não identificou)
45. MACIEL AKEZANE XERENTE (aldeia Brupré)
46. IVAN SIKMÃWE XERENTE (aldeia Mirassol)
47. RICARDO NRORÊMEKWA XERENTE (aldeia São José)
48. RAINEL WAINE XERENTE (aldeia São José)
49. RAMID SOARES FOIA (aldeia São José)
50. IRACEMA TPÊDI XERENTE (aldeia Brupré)
51. RAQUEL SDUPUDI XERENTE (aldeia Cristalina)
52. MAURICIO DBAKSÊKÕ XERENTE (aldeia Campo Grande)
53. ELZA NÃMNÃDI XERENTE (aldeia Traíra)
54. DEUSIMAR MIÑKODTE XERENTE (aldeia Santo Antônio)
55. LUCIDALVA HIRÊKI XERENTE (aldeia Santo Antônio)
56. PAULO C. S. XERENTE (aldeia Jenipapinho)
57. WELINGTON LOPES XERENTE (aldeia Brupré)
58. SELMA XERENTE (aldeia São José)
59. IZANE TPÊDI XERENTE (aldeia Santo Antônio)
60. SRÊWÊ XERENTE (Palmas/Semarh)
61. CARLOS ALEXANDRE PRERDE XERENTE (aldeia Mirassol)
62. JOSIMAR SITMÕRU XERENTE (aldeia Brupré)
63. SEBASTIÃO DARERE XERENTE (aldeia Brupré)
64. LUCIMAR WAKEDI DA SILVA (aldeia Cristalina)
65. TEODOMIRO K. XERENTE (aldeia Campo Grande)
66. ADRIANA TRADI XERENTE (aldeia Jenipapinho)
67. RAILSON KAKBUPRE XERENTE (aldeia Jenipapinho)
68. REGINALDO SAWRAPTE DE BRITO XERENTE (aldeia Galho Grande)
69. ANA PAULA WAIKWADI XERENTE (aldeia Jenipapinho)
70. MARCOS SAMRI XERENTE (aldeia Jenipapinho)
71. LUCIVANDA SMIKIDI XERENTE (aldeia Sítio Novo)
72. EDMILSON K. XERENTE (aldeia Pôr do Sol)
73. CLAUDIANE BRUPAHI XERENTE (não identificou)
74. RAFAEL KAKBUPRE XERENTE (aldeia Galho Grande)
75. BONFIM PEREIRA RODRIGUES XERENTE (aldeia São José)
76. GENILSON WABUWA XERENTE (aldeia Brupré)
77. ROSILENA TPÊDI XERENTE (aldeia Galho Grande)
78. JANAINA WAITI XERENTE (aldeia Galho Grande)
79. ROSIANA KUZEIDI XERENTE (aldeia Galho Grande)
80. ISABEL WAKTIDI XERENTE (aldeia Zé Brito)
81. JOSEFA NEPREDI XERENTE (aldeia Brejo Verde)
82. TIAGO HESU XERENTE (aldeia Brejo Verde)
83. DOURDERSITADI XERENTE (aldeia Galho Grande)
84. CRISTIANE WAKTADI XERENTE (aldeia Bruritizal)

85. ELIANE BRUNZE XERENTE (aldeia Jenipapinho)
86. RAFAEL SIZDAZÊ XERENTE (aldeia Jenipapinho)
87. RONALDO SREME XERENTE (aldeia Cristalina)
88. CELENITA GUALBERTO P. BERNIERI (Dianópolis)
89. SDIPRED XERENTE (aldeia São José)
90. EDIVALDO WOKREMO XERENTE (aldeia Betânia)
91. JOSIEL SIMRÃMI XERENTE (aldeia Brupré)
92. MARÍLIA SIKUPTI XERENTE (aldeia Brupré)
93. JULIVAM SREWE XERENTE (aldeia Brupré)
94. EDILSON K. XERENTE (aldeia Galho Grande)
95. JOSAFÁ PAZ DE SOUSA (Formoso do Araguaia)
96. INGRID LEITE ARAÚJO (Palmas)
97. ELSO PEDRO DE OLIVEIRA (Palmas)
98. MAMED KARIN CHAABAN (Palmas)
99. PEDRO ANDRADE MAGALHÃES (Palmas)
100. MARIAH DO E. S. P. SOARES (Palmas)
101. ANA PAULA M. S. MENDES (Palmas)
102. HAILTON SROPTE XERENTE (aldeia Sítio Novo)
103. VALDEZ SIKRBOWE XERENTE (aldeia Buritizal)
104. EDVAN SKRAWE XERENTE (aldeia Buritizal)
105. FERNANDO CARLOS SRONE XERENTE (aldeia Mirassol)
106. MACIEL KTEMEKWA CALIXTO (aldeia Suprawahã)
107. OSCAR S. CALIXTO XERENTE (aldeia Suprawahâ)
108. GILDILENE SEKWAIDE XERENTE (aldeia Buritizal)
109. TÂNIA MRAITI XERENTE (aldeia Sítio Novo)
110. TEREZA ZÂRÊKI XERENTE (aldeia Mirassol)
111. BELCILENE SIBAKADI XERENTE (aldeia São José)
112. LEANDRO KRÃSÂPTE XERENTE (aldeia Brupré)
113. TAINARA KWAPREDI XERENTE
114. LEONICE TKADI XERENTE (aldeia Brupré)
115. RANGÉRIA KRENDI XERENTE (aldeia Brupré)
116. GILEANNOS GOMES SANTOS (aldeia Buritizal)
117. ELIENE HEREKI KRAHÔ (aldeia Galho Grande)
118. VANESSA SIDI XERENTE (aldeia Campo Grande)
119. MARCOS A. S. KARAJÁ (aldeia Manoel Achurê)
120. MARCELO F. T. KARAJÁ (aldeia Manoel Achurê)
121. JONAS WABAWA XERENTE (aldeia Brejo Verde)
122. GUSTAVO WABUIZAKRA XERENTE (aldeia Brupré)
123. ROSÂNGELA KRUKWANÊ XERENTE (aldeia Brupré)
124. ADILSON FILHO XERENTE (aldeia Santo Antônio)
125. VALDEIR PASIKU XERENTE (aldeia Brupré)
126. MARLENE KUKEDI XERENTE (aldeia Brupré)
127. ELIAS SRÊWE XERENTE (aldeia Brupré)
128. IVAN SRÊMSE XERENTE (aldeia Akehu)

129. SULIENE PIZADI XERENTE (aldeia Akehu)
130. LUCIVÂNIA WAITI XERENTE (aldeia Brupré)
131. NESTIA TPÊDI XERENTE (aldeia Brupré)
132. ANDRÉA LUIZA COLLET (Palmas)
133. BENITO DRUMMOND (Minas Gerais)
134. RENATA PEREIRA (Florianópolis/SC)
135. KENNEDY C. DE SOUSA (Palmas)
136. LEDA LUZ (Belo Horizonte/MG)
137. CLEONICE BRUDI DA S. XERENTE (aldeia Betânia)
138. GILVAN ROWAKRO XERENTE (aldeia Mirassol)

Abertura

Leda Luz (moderadora) fez a abertura da segunda manhã da oficina de consulta, às 8h30, convidando os anciãos presentes para fazer uso da palavra. O cacique Maciel Ktemekwa (aldeia Sítio Novo) acompanhou os anciãos Manoel Sukê (cacique da aldeia Galho Grande) e Pedro Américo Kuwrãnipi Xerente (aldeia Brupré). Os anciãos fizeram discursos emocionantes na língua materna. Seu Pedro Américo não conseguiu conter as lágrimas enquanto se dirigia ao seu povo.

Cacique Maciel (aldeia Suprawahã) comentou que o discurso do ancião Manoel falou de amor, da força do vento, da água e da luz. Disse, ainda, que quando trata-se da terra, trata-se da vida - “a terra que nos criou e vai nos engolir”. O jovem cacique lembrou que a resistência é a marca da terra Xerente, que sangue foi derramado, numa conquista árdua, de sol a sol. Maciel fez uma comparação entre as formas de lutar pelos direitos: “Antes, era por meio da *borduna* – do arco e flecha também. Hoje, o que move o mundo é o conhecimento - são documentos e solicitações. O Estado tem falhado nesta terra Xerente – até a força militar foi usada – os anciãos sabem disso’. O cacique compartilhou que a tristeza maior é porque os anciãos estão acabando, o que gera grande responsabilidade para as novas gerações. Maciel não despreza os avanços na relação entre seu povo e os não-indígenas, mas faz uma crítica: “Ser alguém é respeitar o próximo como nós respeitamos. Nossa cultura continua sendo discriminada - ninguém dá importância para o ancião e futura geração”. Diz que a realidade é muito diferente da publicidade com os povos indígenas exibida nos aeroportos para os turistas ou mesmo um discurso ovacionado na universidade.

Paulo Carlos (aldeia Jenipapinho/tradudor) iniciou sua fala na língua Akwẽ. Em seguida, disse que seu tio Manoel Suké é um homem de luta, guerreiro. Disse que ele acompanhou a evolução na terra Xerente desde a época em que as aldeias estavam organizadas pelas regiões dos postos da Funai, posteriormente retirados, unificando o território, sem nenhuma estrutura. Em seguida, trouxe a essência do discurso do ancião Manoel, que recomendou aos jovens se fortalecerem. Exortou aos jovens e mulheres que se esforcem e conheçam melhor a “coisa nova” que o homem branco mais uma vez está trazendo. Disse, ainda, que na época deles era diferente - “hoje, melhorou o

estudo e enfraqueceu a união", traduziu. Paulo Carlos enfatizou a frase dita pelo seu Manoel: "Os anciãos já fizeram a parte deles". O tradutor também fez uma síntese da fala do seu tio Pedro Américo: Ele se emociona quando vê as novas gerações. Recomenda cautela diante da 'coisa nova' que está chegando, para seguirem na língua correta".

Na sequência, a moderadora Leda convidou o anfitrião Elias para fazer uso da palavra. Ele se dirigiu aos presentes na língua Akwẽ e, em Português, agradeceu a presença de todos, destacou a importância da formação de liderança, e disse que sua região estava organizada e pronta para participar. O cacique Elias também anunciou a presença do presidente da Arpit, Marquinho Karajá, dizendo: "aqui também é o seu lugar – a nossa terra!".

Um momento cultural, com cânticos populares entre os Xerentes, foi apresentado, sob o comando de Elza (cacica da aldeia Traíra) e Selma Sekwahidi (aldeia São José).

Elza (aldeia Traíra) explicou à relatoria que os mais velhos sempre cantavam para receber os visitantes, e a tradição permanece entre o seu povo. A primeira música, foi o canto do cerrado, "que está indo" (morrendo) e a natureza está triste. Na segunda canção, a palavra JREDD+ foi introduzida para dizer que querem descobrir o programa, ouvir e entender.

Marquinho Karajá (Arpit) iniciou sua fala informando que a Arpit terá eleição no fim do ano, que vai disponibilizar o regimento interno para que todos possam conhecer e participar do processo. Disse, ainda, que a entidade conseguiu um investimento de R$ 2,6 milhões junto ao Fundo Amazônico, que será no fortalecimento dos povos indígenas e formação de lideranças. Ele justificou: "Nossa liderança está despreparada para discutir grandes empreendimentos. Precisamos preparar a liderança e pessoas jovens para nos representar e discutir".

Em relação ao programa jurisdicional, Marquinho Karajá reiterou o que tem dito nas demais oficinas do JREDD+: "Pela primeira vez, temos um processo de consulta aos povos indígenas, onde podemos ser ouvidos, tirar dúvidas, perguntar. É um momento importante de escuta". Se dirigindo ao tradutor, estimulou a fala na língua materna, ampliando a participação dos presentes. O líder indígena parabenizou a presença das mulheres e dos anciãos: "Vocês têm um papel muito importante. Vocês estão aqui representando o povo Akwẽ!".

Marquinhos (Arpit) destacou a necessidade da criação de um protocolo de consulta para os povos indígenas do Tocantins, que leve em consideração as particularidades de cada etnia: "Precisamos considerar a diversidade – não tem como sermos consultados de modo único". A Arpit pretende realizar, antes da audiência pública, um encontro com os representantes indicados, lideranças e presidentes das associações para alinhar e consolidar a proposta das ações importantes para os povos indígenas. O presidente informou que a ideia é trazer uma autoridade em mudanças climáticas para fortalecer a discussão.

Paulo Carlos (aldeia Jenipapinho/tradutor) agradeceu a presença de Marquinho Karajá, a quem considera um amigo de longa data. Após a tradução para a língua Akwẽ, disse que o JREDD+ é uma novidade, que a comunidade precisa escutar e avaliar com cuidado e que todos os anciãos devem participar.

Leda (moderadora) informou que em breve, na programação da oficina, os participantes seriam organizados em grupos para debater as ações importantes para cada comunidade. Leda destacou: “Essa parte é o coração desse trabalho – a parte mais importante - que é escutar o que vocês têm a dizer”.

Cacique Antônio (aldeia Mirassol), aproveitou a presença de Marquinho para cobrar uma presença efetiva - e oficial - da Arpit entre o povo Xerente. Relatou que no Acampamento Terra Livre (ATL), realizado em Brasília, viu grupos de etnias específicas e não se sentiu representado. Antônio reiterou: “Precisamos que a Arpit veja os outros povos também. Nós, povo Xerente, esperamos que as pessoas cheguem até nós e coloquem a sua contribuição. As informações concretas precisam chegar dentro das aldeias, pra ver se a comunidade tem interesse, se quer participar”. Destacou que seu povo quer trabalhar junto.

Selma (aldeia São José) explicou que para a mulher indígena é difícil sair de casa, pois sempre tem muitos afazeres. Agradeceu pela oportunidade de participar da oficina e lançou um desafio à Arpit: “Nós, mulheres, somos guerreiras e queremos participar também! Marquinho, queremos ir para a COP30”.

Cacique Ricardo Sawrepte (aldeia Cristalina) lembrou que o povo Xerente não foi incluído no projeto Internet Starlink. Ele disse que a comunidade está ligada no que acontece e que quer participar do movimento. Para ele, a presença de um representante da região pode contribuir nesse processo de aproximação da entidade com os Xerente.

Marquinho (Arpit) agradeceu as críticas e convidou a liderança presente para uma reunião após o almoço. Adiantou que, em breve, a Arpit terá um escritório em Palmas, o que vai facilitar a integração com os povos do Estado. Por fim, destacou a presença da Funai nas oficinas de consulta e sua contribuição na defesa dos direitos dos povos indígenas.

Clarisse Raposo (Funai) disse que gostaria de recapitular três pontos de atenção, que mereciam um cuidado a mais dos presentes, sendo:

1) - Governança: a entidade representativa dos povos indígenas que será indicada precisa ser qualificada para a tomada de decisão. Clarisse sugeriu a criação de um Grupo Técnico dentro da Arpit só para cuidar das questões relacionadas ao JREDD+, com a participação de representantes de todos os povos originários do estado.

2) - Estrutura de diálogo qualificado dentro do programa JREDD+ para facilitar o desenvolvimento da política pública.

3) - Ações prioritárias: importante definir os níveis de prioridade, pois as sugestões seguirão para a audiência pública e serão decididas em conjunto com outros segmentos.

A ponto focal do Estado, Marli (Semarh), fez um alerta: “Existem ações que são responsabilidade de outros órgãos. Para não utilizar orçamento com políticas que devem ser executadas pelo Governo, apresentem as ações que contribuam com o melhor viver de vocês”.

Paulo Carlos (tradutor) observou que o território indígena Xerente já está demarcado e homologado. Paulo disse: “Não vamos fazer sobreposição. Estamos na presença dos anciãos e precisamos respeitar, mas os jovens e as mulheres precisam colocar as necessidades urgentes que eles enfrentam”.

Dando continuidade, a moderadora Leda elogiou os discursos emocionantes dos anciãos; fez um breve resumo das atividades realizadas no dia anterior e destacou as próximas etapas da oficina: apresentar as ações que contribuam com a qualidade de vida nas aldeias; fazer a escolha dos representantes para a oficina de consolidação; e indicar a entidade representativa para a Governança do JREDD+.

Leda (moderadora) convidou o facilitador gráfico, Mamed Karin, para apresentar uma síntese do trabalho produzido. Emocionado, Mamed pediu autorização dos anciãos para fazer a apresentação. Mamed explicou a sigla do JREDD+, destacando o foco nas atividades produtivas em larga escala - responsáveis por grande parte das emissões dos gases de efeito estufa. Ressaltou, ainda, a importância do modo de vida dos povos originários na conservação da biodiversidade e das florestas. Citou a realização da COP30 no bioma Amazônico - o pulmão do mundo - enfatizando que cada vez mais o mundo vai se voltar às populações que vivem em harmonia com a natureza com um olhar de respeito.

Marli (ponto focal do estado) aproveitou a explicação para enfatizar que o setor do agronegócio e o Estado vão fazer o “dever de casa”. Destacou a dificuldade de implantar um programa com muitos atores interconectados que precisam focar na redução das emissões de gases. Marli acrescentou: "Com esse programa, podemos trabalhar o desenvolvimento sustentável – que representa qualidade de vida para nós e futuras gerações. O desenvolvimento só é sustentável se garantirmos o presente e o futuro”.

Paulo Carlos (tradutor) fez uma comparação: “Nós já temos o banco (estoque de carbono das florestas em pé), agora vamos entrar na multiplicação do crédito”.

Cacique Elias (aldeia Brupré) fez algumas considerações. Começou explicando que o modo de vida ao ar livre das comunidades indígenas

também é uma expressão de amor e de conexão com a natureza em todas as suas formas. Elias disse: “Nós somos conservadores sim e estamos lutando para ver se a coisa ameniza. O indígena não tem agronegócio, mas sempre é procurado quando a coisa esquenta”. O líder foi enfático: “Queremos participar com gente na frente – não por mensageiro. A gente tem que ter uma participação melhor”.

Ações Importantes

Leda (moderadora) informou que havia chegado o momento do “coração pulsante” da oficina, explicando que as ações importantes da comunidade deveriam ser apresentadas. Para facilitar, fez as perguntas: “O que é importante para que os povos indígenas continuem mantendo esse modo de vida tradicional? ” e “Quais ações podem proteger as florestas e o modo de vida?”. Informou que a plenária deveria se organizar em cinco grupos, sendo dois de mulheres. Explicou, ainda, como a atividade deveria ser estruturada para a apresentação geral - por meio de ideias, anotadas individualmente em fichas.

Os grupos se organizaram para trabalhar as questões, retornando à plenária para a apresentação. Seguem as ações apresentadas e um resumo dos comentários feitos:

Grupo 1 (homens)
- Fortalecimento cultural;
- Resgate de roça de toco;
- Criação de bovino sustentável;
-Guardião da floresta da Terra Indígena Xerente (fiscalização, monitoramento, equipamento, transporte para monitorar as áreas);
- Estrutura de projetos.

O cacique Valdez Xerente (aldeia Buriti) destacou que uma preocupação comum na comunidade é com a preservação da cultura, pois, apesar da riqueza, tem se perdido muito e precisa resgatar enquanto é tempo.

Grupo 2 (homens)
- Fortalecimento institucional;
- Fortalecimento cultural;
- Fiscalização e monitoramento do Território (usar tecnologia digital);
- Maior presença dos órgãos fiscalizadores na TO-010;
- Fiscalização do meio ambiente;
- Implantação de viveiros (com mudas de árvores nativas do Cerrado) com técnicos agrícolas;
- Implantação e manutenção do cultivo da mandioca com técnicos indígenas;
- Venda direta do artesanato Xerente (especialmente a produção das mulheres), com centro de apoio, cooperativa;
- Feira anual de sementes tradicionais (troca, conhecimento, produção e consumo);
- Fortalecimento e valorização das sementes Xerente (armazenamento adequado e manuseio);
- Criação de gado para alimentação;

- Fortalecimento da roça de toco para subsistência (arroz, mandioca, banana, feijão e outras sementes);
- Implantação e manutenção de roças mecanizadas com suporte técnico;
- Implantação e manutenção de sistemas de abastecimento de água potável/tratada.

Os caciques Maciel (aldeia Sítio Novo) e Edmilson (aldeia Pôr-do-Sol) citaram duas situações recorrentes: a falta de acesso de muitas aldeias à água potável, que é um recurso indispensável à vida e a proposta do DSEI nem sempre chega às casas; e os atravessadores que interferem na comercialização do artesanato, favorecendo um tipo de negócio injusto para o indígena que produz, especialmente as mulheres.

Grupo 3 (mulheres)
- Roça mecanizada em pequena escala;
- Resgatar e fortalecer o conhecimento sobre a medicina tradicional;
- Apoiar o artesanato (fonte de renda das mulheres Akwẽ);
- Melhoria das produtividades das culturas sem o uso de agrotóxicos;
- Criação de animais para a alimentação (gado, galinha, peixe e porco);
- Reflorestar e recuperar as áreas desmatadas;
- Melhoria das casas de morada;
- Incentivo à Festa cultural;
- Melhorar a infraestrutura de energia, comunicação e água tratada;
- Fortalecer a organização das mulheres (capacitação e participação).

O grupo de mulheres iniciou a apresentação com uma música com letra autoral. Elas pediram um olhar especial para as mulheres, mesmo as que não saem de casa, pois as demandas diárias são muitas, como cuidar das crianças, cozinhar e lavar roupa. Externaram felicidade com a presença de mulheres e jovens na plenária. Gilda Xerente (aldeia Lajeado) disse que ainda precisava vencer o medo de falar no microfone, mas que as propostas, construídas por todas elas, eram uma grande conquista.

Grupo 4 (mulheres)
- Construção de casa popular;
- Criação de peixe;
- Formação de jovens e mulheres para falar em público;
- Fortalecimento do artesanato como fonte de renda;
- Cuidar e preservar a natureza;
- Educação de jovens indígenas;
- Produção orgânica;
- Apoio às festas indígenas;
- Criação de galinhas, porcos e gado;
- Saúde dos idosos;
- Oficina para mulheres e para jovens.

A cacica Elza (aldeia Traíra) explicou as propostas na língua materna. Em seguida, disse: “Nós, mulheres, temos esperança de que o governo vai olhar para essas propostas”. O grupo encerrou a apresentação dançando.

Grupo 5 (homens)

- Fortalecimento da organização indígena;
- Melhoria das estradas no território;
- Aquisição de máquinas e equipamentos para roça sustentável;
- Transporte;
- Guardião Xerente;
- Complementação do Prevfogo (equipamentos e prevenção);
- Qualificação e comercialização de artesanato;
- Recurso para manter as festividades tradicionais;
- Programa de melhoria e qualificação da piscicultura;
- Construção e melhoria das moradias;
- Viveiro para mudas de frutas (exemplo: cacau).

O cacique Ricardo Sawrepte (aldeia Cristalina) pontuou a importância da participação de jovens, anciãos e liderança na oficina.

O ancião Manoel (cacique da Aldeia Vão Grande) lembrou que o povo Xerente se organiza em seis clãs diferentes, mas quando é preciso eles se unem para "lutar e vencer juntos". Desafiou as novas gerações a seguirem com cuidado e olhar atento para que não sejam enganados.

Leda (moderadora) retomou a palavra e fez a leitura do quadro com as ações importantes agrupadas por semelhança.

Cacique Maciel (aldeia Sítio Novo) indagou se as ações poderiam vir como emenda parlamentar.

Marli (ponto focal do estado) explicou que fazer gestão na esfera legislativa não estava "dentro da capacidade do JREDD+".

Maciel (aldeia Sítio Novo), então, considerou: "São ideias boas e valiosas – tem que ter algo garantido". Em seguida, se dirigiu aos presentes na língua Akwẽ.

Marli (ponto focal do estado) afirmou: "O direito de vocês à repartição de benefícios já está garantido!".

Isabel (ponto focal do estado) perguntou se todos estavam de acordo com o agrupamento das ações em blocos com ideias parecidas. Houve consentimento da plenária, então a ponto focal disse que iria transcrever para a Ajuda Memória, um documento parecido com uma ata.

Cacique Elias (aldeia Brupré) avisou que sua comunidade estava preparando um prato típico para o jantar e que a programação da oficina não tinha hora para acabar, pois todos os objetivos precisavam ser cumpridos.

Leda (moderadora) comunicou que fariam uma pausa, voltando, em seguida, para fazer a escolha dos representantes para a oficina de consolidação.

Escolha de representantes

A escolha dos quatro representantes para a oficina de conciliação seguiu a tradição Xerente, respeitando a dualidade. No processo de tomada de decisão, os seis clãs se organizam em Wahirê (com os clãs Wahirê, Krozake e Kreprehi) - representados pela pintura corporal em forma de traços; e Doi O (que reúne os clãs Kuzã, Kbazi e Krito) - com a pintura corporal marcada por círculos.

Os anciãos se posicionaram à frente para iniciar o processo. Srêwẽ Xerente (Semarh) destacou a necessidade de ter representação de homens e mulheres. Todo o processo foi conduzido pelos indígenas, na língua Akwẽ.

O ancião Manoel indicou o cacique Maciel Ktemekwa (aldeia Sítio Novo).

Por Wahirê, o ancião Pedro Américo indicou o jovem Marcelo Simripte (aldeia Brupré).

A liderança presente solicitou que a escolha das mulheres fosse feita pelas anciãs.

A anciã Tânia (aldeia Sítio Novo) indicou Selma Sekwahidi (liderança na aldeia São José).

A anciã Tereza (aldeia Mirassol) indicou Gilda Xerente (aldeia Lajeado).

Após a escolha, o tradutor Paulo Carlos informou à relatoria: “A gente respeita a decisão dos mais velhos (anciãos) agora, vamos apoiar e torcer pelos nossos representantes”.

Srêwẽ Xerente informou que a liderança indicou dez pessoas para acompanhar a reunião de consolidação e apoiar os representantes. A ponto focal do Estado, Marli (Semarh) disse que não havia objeção. Os escolhidos agradeceram.

Durante o processo de escolha de representantes, os participantes validaram o nome da Arpit (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins) como sua entidade representativa para a governança do JREDD+.

Srêwẽ disse que estava muito feliz em participar da oficina e que ficou muito surpreso com a capacidade de organização e união das aldeias presentes.

Leda (moderadora) fez um agradecimento especial à direção da escola, pelo empenho e apoio na realização da oficina. Agradeceu, ainda, na pessoa do cacique Elias, pelo acolhimento da equipe e mobilização para uma participação plena do público.

Marli Santos (ponto focal do estado), agradeceu a presença de todos em nome do governador Wanderlei Barbosa e convidou o cacique Elias para receber um presente enviado pelo governador - duas bolas de futebol, sendo uma endereçada às crianças.

Cacique Elias (aldeia Brupré) começou sua fala agradecendo a Deus, às lideranças indígenas e toda comunidade presente. Destacou: “Vocês se empenharam bastante desde ontem, foi bem cansativo, mas a produção é mais importante - e nós conseguimos!”. Fez questão de agradecer nominalmente Srêwẽ Xerente e a moderadora Leda Luz.

Na sequência, a ponto focal do Estado Isabel (Semarh) também fez seus agradecimentos e convidou Marcelo Simripte para fazer a leitura da Ajuda Memória.

Finalizando as atividades oficiais, por volta das 18h40, o público assinou o ajuda memória, recebeu certificados de participação e bonés do JREDD+.

Os presentes se dirigiram ao jantar, que contou com um prato típico do povo Xerente - *muquiado*. Seguindo a tradição, um buraco é aberto na terra, forrado com brasas e uma camada de pedras aquecidas. A carne ou o peixe é posto sobre as pedras quentes e coberto por folhas verdes de piaçava. Sobre a proteção verde, coloca-se terra misturada com areia para garantir que o calor não se perca durante o processo de “cozimento”. A técnica, com algumas variações, é usada por diferentes povos indígenas em todo o Brasil.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

1. PRODUÇÃO
- Produção de arroz, mandioca, banana, feijão, inhame e outras sementes;
- Implantação e manutenção de roças mecanizadas de pequena escala com suporte técnico;
- formação de técnicos Xerente;
- ferramentas para roça (enxada, foice, machado, carrinho de mão, rastelo e motosserra);
- Feira anual de sementes tradicionais (intercâmbio com outros povos);
- Criação de bovino sustentável, com acompanhamento de veterinários;
- Resgate e Fortalecimento da roça de toco tradicional;
- Implantação e manutenção do cultivo da mandioca com técnicos indígenas;
- Assistência técnica especializada;
- Criação de animais (galinha, peixe e porco);
- Melhoria e qualificação da piscicultura;
- Aquisição de máquinas e equipamentos para produção.

2. APOIO AO ARTESANATO E FORTALECIMENTO DA RENDA
- Fortalecimento e incentivo à venda e revenda de artesanato;
- Oficina para jovens para manusear ferramentas;
- Estudo sobre o manejo do capim dourado.

3. **FORTALECIMENTO CULTURAL**
- Incentivar as festas culturais;
- Recursos para manter as manifestações culturais e tradicionais do povo Akwẽ;
- Ensinar para os jovens os cantos e artesanatos.

4. INFRAESTRUTURA DE ESTRADAS
- Melhoria das estradas dentro do território;
- Transportes.

5. APOIO À INFRAESTRUTURA COMUNITÁRIA
- Projeto de casas populares;
- Melhorar a infraestrutura de energia (elétrica e/ou solar), da estrutura de comunicação e sistema de abastecimento de água tratada e poço artesiano;
- Melhoria das moradias respeitando a cultura.

6. **FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES AKWẼ**
- Fortalecimento em capacitação indígena para participação em eventos;
- Fortalecimento institucional da organização social;
- Oficinas para jovens e mulheres para falar ao microfone e fazer projetos.

7. FORTALECIMENTO DA MEDICINA TRADICIONAL
- Resgatar e fortalecer o conhecimento sobre a medicina tradicional e ensinar para os jovens.

8. RECUPERAÇÃO DO CERRADO
- Implantação de viveiros (com mudas de árvores nativas do Cerrado e frutas) com técnicos agrícolas;
- Reflorestar e recuperar as áreas desmatadas.

9. PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO
- Aquisição de veículos e recursos humanos para transporte e monitoramento do território;
- Fiscalização do meio ambiente;
- Preservação da natureza;
- Estrutura para projetos (equipamentos de monitoramento, transporte, barco);
- Complementar as ações do Prevfogo (aquisição de equipamentos e capacitação para prevenção e combate aos incêndios florestais);
- Fiscalização e monitoramento do Território com o uso de tecnologia digital/eletrônica (PF, Ibama, Funai e Naturatins);
- Guardião da floresta Xerente.

REPRESENTANTES INDICADOS PARA A OFICINA DE CONSOLIDAÇÃO

PRÉ SELEÇÃO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PALMAS

A escolha dos quatro representantes para a oficina de conciliação seguiu a tradição Xerente, respeitando a dualidade e a autoridade dos anciãos, que fizeram as seguintes indicações:

- Maciel Ktemekwa Xerente (aldeia Sítio Novo);

- Marcelo Simripte Xerente (aldeia Brupré);

- Selma Sekwahidi dos Santos de Brito (aldeia São José);

- Gilda Xerente de Souza (aldeia Lajeado).

Avaliações e resultados da oficina

A oficina com o povo Xerente da Região Brupré alcançou todos os objetivos propostos. Os dois dias de trabalho contaram com a participação de muitos jovens, mulheres e anciãos, além dos homens. O público infantil também participou, desde bebês de colo até adolescentes.

A oficina ocorreu de forma tranquila, com boa participação do público em todas as discussões e presença efetiva das mulheres (muitas fortes lideranças ou cacicas). O momento de maior tensão se deu em relação a possibilidade da Arpit ser a entidade representativa do povo Xerente. Após reunião entre o presidente da entidade e liderança indígena local, realizada no intervalo da oficina, a situação foi apaziguada.

A comunidade questionou reiteradamente sobre os percentuais definidos na repartição de benefícios e o número limitado de representantes. Sugeriram revisão das duas questões apresentadas.

Nesta oficina, percebeu-se bastante hospitalidade da comunidade e abertura para conversas além dos momentos oficiais. Outro ponto interessante observado foi a quantidade de pessoas que acompanhavam a oficina tomando nota do conteúdo apresentado. Também ficou evidente a desconfiança enraizada na comunidade em relação às propostas apresentadas por não-indígenas.

Registramos a presença e contribuição dos representantes da Funai, a generosidade da equipe da escola (que não apenas cedeu o espaço físico, mas se envolveu no processo), a sintonia e camaradagem entre toda a equipe de trabalho, que foi se ajustando organicamente as demandas que surgiram. Destacamos a participação de Duanny, que além de cumprir sua missão como recreador, sempre esteve com um sorriso no rosto ajudando voluntariamente em outras frentes de trabalho.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: SEXTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2025

CREDENCIAMENTO

Credenciamento e boas-vindas aos participantes.	Apresentação dos caciques e cacicas.

Introdução ao REDD+	Contribuição da Funai
Apresentação da linha do tempo	Apresentação salvaguardas

GOVERNANÇA

Apresentação da Governança do JREDD+

REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS E PIQPCTAF

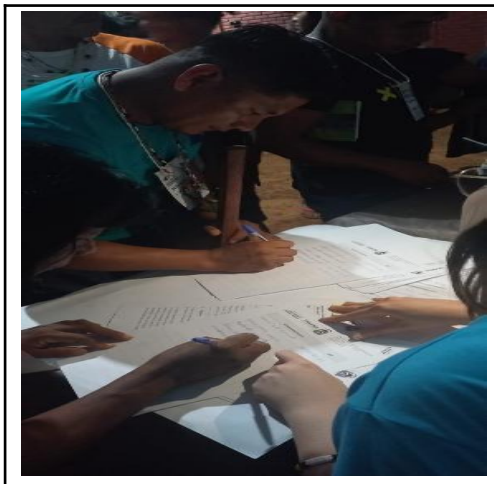
Apresentação da repartição de benefícios	

DIA 02: SÁBADO, 17 DE MAIO DE 2025

ABERTURA

Início do segundo dia com fala emocionada do ancião Pedro Américo	Explicação em Português sobre o discurso do ancião

Anciãos e Anciãs indicaram os quatro representantes da região Brupré.	Leitura ajuda memória.

	
Assinatura ajuda memória	Entrega dos certificados